

Repertórios de ação coletiva contemporânea: (re)pensando as ocupações e junho de 2013

Resumo: O ano de 2016 foi marcado por uma onda de ocupações de escolas e universidades em todo o Brasil. Na medida em que este dossiê compila trabalhos que buscam compreender as diversas faces do fenômeno, entrevistamos o professor Ricardo Fabrino Mendonça, da Universidade Federal de Minas Gerais, que estuda teoria democrática, teoria crítica, conflitos sociais e comunicação e política. Na entrevista, o professor contextualiza as ocupações em um cenário mais amplo, internacional, de ações diretas relacionadas ao questionamento da mediação política das instituições políticas; as reflexões que elas trazem para o ambiente acadêmico e o diálogo entre teoria e prática. Finalizamos a entrevista com uma pergunta especial sobre os significados dos 05 anos de junho de 2013.

Ricardo Fabrino Mendonça possui graduação e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professor adjunto do departamento de Ciência Política na mesma instituição e coordenador do MARGEM – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça. Atua principalmente nas linhas de pesquisa de teoria política, teorias da justiça e de participação, movimentos sociais e inovações democráticas.

Três Pontos: O final do ano de 2016 no Brasil foi marcado por uma onda de ocupações em escolas e universidades. Não por acaso, os anos anteriores viram emergir manifestações políticas com configurações inéditas em todo o mundo: Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, Indignados e as Jornadas de Junho de 2013. Como você localiza as ocupações nesse contexto mais amplo de manifestações contemporâneas?

Ricardo Mendonça: As ocupações parecem ocupar o espaço do fortalecimento de formas de ação direta que estão muito vinculadas a processos de questionamento da mediação política gerada por instituições e representantes, de uma forma mais geral. Há uma crescente aposta em formas de participação direta. Isso atravessa tentativas e experimentos que vão defender, por exemplo, formas de participação online, mas também formas de atuação que envolvem a reocupação de espaços públicos e ações diretas diversas. Há uma espécie de desintermediação da ação política e, se formos pensar isso historicamente, é quase como se houvesse uma reconfiguração das ações políticas de protesto e das ações de confronto, em que há uma espécie de retorno às ações que precedem os movimentos sociais, mas que atravessam suas ações de uma forma mais ampla e que são impulsionadas por um cenário em que essas formas de ação direta são passíveis de ampla visibilidade. Então, trata-se da ocupação de espaços, da presença corpórea de sujeitos nesses espaços indicando lutas e uma tentativa de viralização e capilarização para tornar visível a ocupação desses espaços como forma de ação política. Trata-se de performances contemporâneas de ação coletiva, que não se restringem às ocupações, mas encontram nelas uma forma eloquente de vocalização.

TP: Um dos elementos mais interessantes das ocupações foi a sua capilaridade entre os secundaristas, num movimento que disputou o protagonismo dos estudantes universitários na mobilização política. Como você avalia essa mudança? Ela pode ser associada a uma maior permeabilidade dos valores democráticos – como o da participação – entre os mais jovens?

RM: Eu teria dificuldade de dizer, historicamente, quais os movimentos estudantis foram protagonistas em quais momentos específicos e se os secundaristas roubaram a cena da mobilização universitária ou vice-versa. O que parece haver, como em todos os protestos e confrontos, é que existem alguns grupos que são *madrugadores*, como dizia Sidney Tarrow. Esses grupos, de algum modo, puxam os protestos e formas de ação e buscam gerar mobilização através de visibilidade para que isso possa se capilarizar. Nesse caso específico, o estopim está muito ligado a uma série de medidas de governos estaduais (e do próprio governo federal) que incidiam sobre a educação, sobretudo a reestruturação da rede estadual de ensino em São Paulo. É nesse contexto que as ocupações se alastram e pluralizam suas pautas. É isso num contexto de instabilidade política muito mais amplo do país, em que aquela forma de ação, o seu crescimento e a sua visibilidade suscitam outras mobilizações em outros contextos. E aí a pauta universitária era, inclusive, bastante diferente da pauta inicial das ocupações secundaristas, por exemplo, no estado de São Paulo. Mas esses movimentos madrugadores começam a despertar formas de ação que vão dialogando com outras pautas, puxando outras questões. Havia um contexto favorável a um tipo de *performance*, de uma juventude engajada, que vinha das jornadas de junho de 2013, dos protestos da eleição de 2014 e, depois, de várias disputas políticas em 2015 e 2016. Há um contexto político marcado por instabilidade, por uma série de tensões, em que um evento, um estopim, fomenta essa forma de mobilização e outros grupos começam a se juntar a esse movimento mais amplo que vai dando força nesse sentido. Tem outra coisa aqui que parece atravessar essa questão que é a aproximação do ENEM. Ali estava uma chance efetiva de ter consequências mais amplas, o que atraía visibilidade para o movimento. Então há um contexto político ali que convoca esses estudantes a se engajarem em locais diversos incluindo as universidades. Então, eu não veria como uma rivalidade entre secundaristas e universitários, mas como um processo mais amplo, que atravessa a área de educação em grande medida, colocando pautas da educação em foco.

Júlia Moreira de Figueiredo
Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membra do Conselho Editorial da Revista Três Pontos.

Contato:
<julia_figueiredo10@hotmail.com>

Maria Luiza Moreira Duarte
Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membra do Conselho Editorial da Revista Três Pontos.

Contato:
<marialuizamoreiraduarte@gmail.com>

Beatriz Mergener
Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membra do Conselho Editorial da Revista Três Pontos.

Contato:
<biammergener@gmail.com>

TP: Passando para o local, a UFMG permaneceu ocupada por alguns meses. Quais deslocamentos, avanços e/ou tensões esse repertório de ação traz para se pensar o ambiente acadêmico?

RM: A ocupação mexeu com a dinâmica universitária em vários sentidos. Ela é, no mínimo, uma experiência de aprendizado para muitos atores sociais que compõem a comunidade acadêmica. Há ali um tipo de engajamento, que é puxado pelos estudantes, em que eles buscam conformar determinadas práticas e modos de fazer. Os estudantes se veem diante de várias tensões, dilemas e conflitos internos, de muitas responsabilidades, e até mesmo de uma compreensão de dinâmicas universitárias que talvez muitos não tinham num primeiro momento. Então, não é uma experiência unidirecional ou simples; ou que possa ser denominada especificamente como negativa ou positiva. É uma experiência social profunda, marcante, que atravessa o cotidiano dos professores, dos técnicos e dos discentes de uma forma mais geral. Professores que se veem convocados a repensar seu lugar de trabalho, seus espaços, suas formas de relação com a universidade e são provocados pelo próprio corpo estudantil para repensar uma série de práticas sociais que estão acontecendo, os rumos da política do país e as consequências em termos da educação. Também a administração universitária, que precisava lidar com uma série de riscos envolvidos nessas ocupações – como o de uma eventual reintegração de posse à força – e com os múltiplos interesses que compõem a comunidade da universidade. Então, se eu pude-se definir que tipos de deslocamentos as ocupações da UFMG produziram, creio que elas produziram aprendizado em várias direções: através dos seus problemas, das suas lutas, da sua instabilidade, elas produzem aprendizado inclusive para pensar quais as formas mais adequadas de ação em contextos diversos. Existe um contexto de produção de aprendizado nessa experiência que vem de ruptura, de problema, de incerteza, de questões que são colocadas na pauta e de relações deslocadas entre diversos atores.

TP: As ocupações podem ser entendidas como um grande laboratório de experimentações democráticas? Como podemos pensá-las à luz de teorias e práticas democráticas? Que tensões elas carregam?

RM: Creio que isso dialoga muito com a resposta de questão anterior. Eu vou começar respondendo pelo fim da questão, sobre teoria e prática. Existem disputas dentro do campo da teoria democrática sobre aquilo que consegue produzir mais emancipação e sobre aquilo que consegue de alguma forma fortalecer a democracia. Há diferentes teorias que apontam para possibilidades distintas de fortalecimento da própria democracia. Há teorias que vão apontar para a centralidade das instituições, das regras e dos procedimentos na forma de consolidação das práticas democráticas; teorias que vão destacar a centralidade da participação popular, das formas de ação, das formas de ação direta, das formas de expressão de coletividades; teorias que vão enfatizar os choques públicos de discursos na configuração do que significa a democracia. As ocupações ocorrem em um momento em que há uma grande força de abordagens que apontam para a centralidade da participação direta como forma de fortalecimento da democracia, e de fato elas reconvocam as pessoas a

se expressarem, a falarem, a agirem diretamente; a pensarem formas de participação democrática através de assembleias; a verem a participação democrática como um fazer coletivo que tem a ver, muitas vezes, com cozinhar junto, com limpar espaços junto, ou seja, com estruturar coletivamente a vida e ter experiências coletivas. Mas existe também uma discussão vinculada que é a de que a participação em si, ou as formas de ação em si, não são *a priori*, por definição e necessariamente, democráticas. E entre os aprendizados que atravessam as próprias ocupações, esse é um deles. Creio que o país como um todo assistiu a uma série de processos sociais em que ficou claro que mais pessoas participando não é um sinônimo necessário de mais democracia. Nesse sentido, as ocupações, as tensões que você menciona, acabam por apontar tanto para os potenciais democratizantes dessas formas de participação, como para alguns de seus riscos. Há muita discussão sobre assimetrias de gênero e formas de violência que, de algum modo, podem atravessar esses espaços, ou sobre a forma como assembleias são conduzidas. Várias pessoas discutiram na época como começaram a entender possíveis assimetrias que podiam surgir da própria dinâmica discursiva das assembleias, ou como se estabeleciam relações de poder entre diferentes grupos dentro das ocupações. Discuti recentemente, em um texto com Rayza Sarmiento e Stephanie Reis, as assimetrias de gênero nos desdobramentos de Junho de 2013. Então, a gente pode pensar as ocupações quase como um microcosmo de relações sociais que são atravessadas por tentativas de construção coletiva e por relações de poder que são mais amplas, enraizadas socialmente, que se manifestam ali também. Não se trata de ilhas emancipatórias marcadas apenas por pulsões democráticas. Essas ocupações fazem parte de uma sociedade mais ampla em que muitos fatores e assimetrias atravessam a dinâmica de produção coletiva de decisão e a dinâmica de relação desses atores com outros atores que são externos, como formas de negociação com a própria universidade, com a própria administração universitária, com outros discentes. Então, há ali um jogo de tensões e de forças sem um caminho único. Isso tem a ver com algumas discussões nas quais eu venho trabalhando, em que é equivocado pensar a justiça de uma forma linear, e unidirecional, assim como os processos de luta por justiça. Se pensarmos as ocupações como uma luta por justiça, é interessante pensá-las como lutas sociais e, nesse sentido, atravessadas por dilemas e tensões que, se apontam para certas injustiças, em alguma medida também têm seus próprios desafios e dilemas internos. Pensar nessa direção ajuda a ter um olhar um pouco mais complexo e um pouco menos maniqueísta no sentido de taxar “bom”, “ruim”, “democrático”, “não democrático”. Há um todo complexo ali, com pautas que apontam para agendas relevantes, mas relações sociais também, formas de manifestação de assimetrias.

TP: Por fim, como, em 2018, fazemos cinco anos de junho de 2013, queria que você comentasse sobre o significado por trás desses cinco anos. O que junho de 2013 trouxe de novo, e quais seus legados e impasses?

RM: É interessante que, cada vez mais, as pessoas têm assertivas mais claras e decisivas sobre o que foi junho. Para alguns, junho nada mais teria sido

que o momento de geração da instabilidade que levou, na sequência, à queda de Dilma. Para outros, junho foi o grande momento de participação política e de revitalização da participação popular. Há quem pense que essa força revitalizadora de junho teria sido roubada por outros grupos e quem entende que ela se realizou plenamente ou, pelo menos, abriu novas possibilidades para lutas sociais. Parece-me limitado atribuir a junho as consequências de todos os processos políticos que se desdobram dali. Eu continuo achando que junho foi caos, que foi uma bagunça (em uma acepção não pejorativa), e que sua potência está justamente nessa bagunça. Falar que junho foi uma bagunça não significa que não havia grupos políticos atuando de forma planejada, ou que não havia setores políticos se mobilizando há muito tempo, ou até mesmo que junho aconteceu do nada. Não se trata disso. Como todo processo político, junho obviamente tem causas e é atravessado por vários fatores.

A questão é que a reconstrução do que foram suas causas é alvo de disputa política, porque junho é um acontecimento que desloca nossas interpretações. Junho de alguma forma é um acontecimento que nos leva a interpretar as próprias categorias de conhecimento e teorias de pensamento que usamos para entender determinados fenômenos sociais. Tachar ou congelar junho, e dizer que foi um movimento liderado por grupos anarquistas; ou que foi cooptado e roubado por grupos x, y e x; ou que foi um movimento orquestrado para, de alguma forma, enfraquecer certos governantes em contextos determinados, são visões que me parecem não só maniqueístas, mas simplificadoras de sua potência. Junho foi caos porque foi muitas coisas. E muitos atores e grupos se sentiam como centrais a junho, algo que venho trabalhado num texto junto a Júlia Figueiredo, aluna de Ciências Sociais. A gente tem trabalhado exatamente como vários atores sociais se viam centralmente em junho e têm quase que um junho para chamar de seu. Junho teve muita organização e mobilização política, muitos atores que não estavam nas ruas há muito tempo e que não estavam mobilizados, que nunca tinham participado de ações coletivas. E o que é de alguma forma potente nesse acontecimento é esse processo em que existem diferenças tentando se situar no espaço público e dotar de sentido algo que é inovador. Muitos daqueles sujeitos diziam: "Olha, não posso ficar fora disso. É história acontecendo. Sempre estudei isso nos livros de História e agora eu vejo isso acontecendo de forma muito clara na minha vida, na minha geração, no meu contexto especificamente e, mesmo que eu não entenda com clareza o que está acontecendo, eu preciso estar ali.

Preciso fazer parte dessa história e preciso atuar nessa história". É por isso que eu vejo em muitas dessas narrativas que tentam estancar o caos de junho ao atribuir-lhe uma causa última, um apagamento daquilo que ele é, que é a possibilidade de uma abertura que leva a interpretações e reinterpretações do seu próprio passado. Junho veio da revolta do "busão"? Veio de Seattle? Veio de um esgotamento do desenvolvimentismo da forma de governar do PT? Veio de um combate à corrupção? Veio de tudo isso junto, de muitas motivações e sentimentos. Junho decorreu, obviamente, do aumento das tarifas dos transportes em vários contextos, mas também de vários processos que motivaram diferentes ato-

res a se engajarem e a disputarem politicamente o que era aquilo lá. É nesse sentido que me parece um equívoco dividir junho a partir das forças que vieram a se polarizar na sequência. O que há de potente e de consequência em junho é, de alguma forma, essa confusão. Junho levou a sociedade brasileira a se olhar, a se pensar, a ver que outros grupos existiam, a entender que muitas das forças que ali estavam e que não eram pressupostas como existentes, estavam fortes; como muitos atores que se sentiam envergonhados de se expressar, gostaram da rua, gostaram de participar e entenderam que a rua era, inclusive, uma maneira de impulsionar suas agendas políticas. Junho me parece então um momento que obriga a sociedade brasileira a se olhar, a se entender nas suas contradições e nas suas forças diversas. E é o momento que, nesse sentido, grupos *madrugadores* servem de gatilho para um processo de ampla mobilização política, que abre oportunidades para que vários atores, dispersos ao longo do espectro político, apareçam.

É nesse sentido, que se você me perguntar o que foi junho, junho foi uma espécie de abertura. Aberturas não são necessariamente positivas ou negativas e o legado delas é gerar algum tipo de ruptura passível de ocupação por diferentes atores políticos, que vão disputar politicamente o que foi esse acontecimento e vão tentar abrir diferentes cenas de futuros possíveis. É nesse sentido que eu gosto dessa discussão do conceito de acontecimento, caro à Ciência Política, à Sociologia, aos estudos sobre Comunicação e à própria Filosofia, que tenta pensar essa dimensão de rupturas sociais e políticas que geram uma suspensão dos padrões recorrentes de interpretação daquilo que ocorre e que suscitam reinterpretações de passados e de futuros. Junho foi isso: esse caos. Bagunça no sentido desestabilização e deslocamento. "Deslocar" é uma palavra que tendemos a colocar no guarda-chuva de palavras boas como algo que levará à radicalização democrática e à emancipação. Mas não se trata necessariamente disso. Deslocamentos são momentos de ruptura que abrem possibilidades para vários atores ao longo do espectro político, e o que vem daí é disputa política.

Então, muitas pessoas hoje tentam reinterpretar e reconstruir este acontecimento. Parece-me um equívoco conceitual entregar junho a algum desses grupos. Junho foi essa abertura e dizer que foi algo definido e que caiba numa caixinha, é congelar a abertura e dizer que junho não poderia ter sido outra coisa ou que não está ainda em disputa. Junho segue em disputa, curiosamente cinco anos depois, e esse é seu grande legado. Assim como agora, nesse momento a greve dos caminhoneiros está em disputa.

As instabilidades políticas recentes do país – e são tantas e tão intensas – mostram as múltiplas direções a que a abertura pode nos conduzir... incluindo o fechamento da democracia. A abertura pode levar ao fechamento de novas possibilidades de abertura. Há muitos processos políticos que sucederam a junho e que indicam um fortalecimento de certas agendas mais conservadoras, do enfraquecimento da esquerda no contexto brasileiro de uma forma mais ampla. Mas junho também foi uma cena de aprendizado e de reinvenção da própria esquerda. Não dá para negar que junho existiu e que é um evento central na história do Brasil contemporâneo.

Já faz parte daqueles momentos chave que ganham as páginas de livros didáticos. Simplesmente afirmar que junho foi uma ação coordenada para enfraquecer grupos de esquerda é perder sua potência e a necessidade de lidar inclusive com seu legado e seus aprendizados de modo a reconstruir formas de ação política contemporâneas.

TP: Agradeço, em nome de toda equipe editorial da Revista Três Pontos, pela gentileza de ter nos concedido essa entrevista e contribuído com o nosso projeto.

